

FHC (1993-1994): final de um caminho de adequação refletida à ordem neoliberal

Rodrigo Santaella-Gonçalves

*Doutor em Ciência Política pela Universidade de São Paulo - USP
Professor do Instituto Federal do Ceará - IFCE*

Resumo

Este estudo busca elucidar aspectos da relação entre teoria e prática em Fernando Henrique Cardoso (FHC), desde o início de sua produção teórica até sua primeira candidatura presidencial, em 1994. Esta análise contrasta com as interpretações que encontram nas formulações sobre dependência a origem determinada da trajetória política de FHC – seja com um viés de continuidade, como se a teoria prévia houvesse determinado a prática, seja de ruptura, como se a prática fosse fruto de um corte com a teoria original. Buscamos demonstrar como a definição de uma nova hegemonia no país no final dos anos 1980 criou as condições para a consolidação desse pragmatismo em FHC, que passou a justificar “teoricamente” suas ações a partir do retorno a uma dicotomia moderno x arcaico que ele próprio ajudara a superar com a teoria da dependência. Nesse sentido, enfocamos os dois anos imediatamente anteriores à sua chegada à Presidência da República, para ilustrar os últimos anos de consolidação de uma nova visão do Brasil para FHC, como forma de subsidiar a compreensão do que foram seus governos, tanto no que diz respeito às políticas públicas quanto à própria concepção de Estado que norteava suas ações.

Palavras-chave Fernando Henrique Cardoso; teoria e prática; neoliberalismo.

Abstract

This study seeks to clarify aspects of the relationship between theory and practice in Fernando Henrique Cardoso (FHC), from the beginning of his theoretical work until his first presidential candidacy, in 1994. This analysis contrasts with interpretations having the formulations on dependency as the specific origin of FHC's political trajectory – either with a continuity bias, as if the previous theory had determined the practice, or with a disruptive bias, as if the practice were the fruit of a break with the original theory. We sought to demonstrate how the definition of a new hegemony in the country at the late 1980s created the conditions for the consolidation of this pragmatism in FHC, which came to justify ‘theoretically’ his actions by resuming a dichotomy modern x archaic that himself helped to overcome through the dependency theory. Thus, we focus on the two years immediately preceding his arrival to the Presidency of the Republic, in order to illustrate the last years consolidating a new view on Brazil according to FHC, as a way of providing means to grasp what his two terms in office were, both concerning public policies and regarding the very conception of State that drove his actions.

Key words Fernando Henrique Cardoso; theory and practice; neoliberalism.

Introdução

Pode-se dizer que Fernando Henrique Cardoso (FHC) foi o sociólogo mais influente do Brasil nas décadas de 1960 e 1970: conhecido no mundo inteiro, teve pelo menos uma de suas obras traduzida para pelo menos 20 idiomas. Por outro lado, a partir de 1978, ele iniciou, como candidato a senador pelo MDB, uma carreira política que culminaria no exercício de 2 mandatos como Presidente da República, de 1995 a 2002. Desde que assumiu protagonismo político no país, como suas preocupações teóricas sempre estiveram relacionadas às condições e possibilidades para o desenvolvimento dos países latino-americanos – e mais especificamente do Brasil –, a tentação de buscar conexões ou rupturas entre sua produção teórica e o que defendeu politicamente passou a ser muito grande no campo das ciências sociais.

O fato de que não só existe como é muito relevante a relação entre teoria e prática em Fernando Henrique Cardoso (1990, 1993a, 1993b, 1993c, 1993d, 1993e, 1993f, 1993g, 1993h, 1993i, 1993j, 1993k, 1993l, 1993m, 1993n, 1993o, 1993p, 1993q, 1993r, 1994a, 1994b, 1994c, 1994d, 1994e, 1994f, 1994g, 1994h, 1994i) é, por certo, bastante conhecido. Entretanto, as formas de conceber essa relação variam bastante de acordo com os interesses, a abordagem ou a orientação política de quem as constrói. O subtítulo do capítulo de Leôncio Martins Rodrigues (2009, p. 390), “a ciência e a política como vocação”, incluído na coletânea *Um enigma chamado Brasil*, organizada por André Botelho e Lília Moritz Schwarcz (2009), dá conta de explicitar sinteticamente a existência da relação. L. M. Rodrigues (2009, p. X) afirma que “a dimensão intelectual e a política tendem a se confundir porque a produção intelectual de FHC, mais do que a maioria, liga-se de modo estreito às injunções políticas

que afetaram sua vida”. Na mesma linha, Fernando Limongi (2012, p. 188) ao proferir discurso em homenagem à FHC na entrega do Prêmio Klüge, afirma que sua experiência refuta a tese weberiana da separação entre ciência e política, na medida em que exerce as duas com excelência.

A empreitada de Roberto Pompeu de Toledo (Cardoso & Toledo, 1998, p. 11), que publicou cerca de 20 horas de entrevistas com FHC em *O presidente segundo o sociólogo*, também caminha nesse sentido, embora com uma sugestão ao leitor: “a quem ainda pensa em Fernando Henrique Cardoso como intelectual, ou sobretudo como intelectual, sugere-se que comece a pensar nele como político”. Qual seria a relação do intelectual com o político? O programa político implementado por FHC na Presidência da República já estaria determinado em seus primeiros escritos mais importantes, principalmente sobre a dependência, ainda em finais dos anos 1960?

Há muitas interpretações sobre FHC que buscam encontrar em suas formulações sobre a dependência e o autoritarismo as origens de suas posições políticas nos anos 1990. Um dos principais exemplos é Emir Sader (2005), que encontra ali uma defesa do grande capital contra o Estado, que teria sido a base ideológica para a transição conservadora no Brasil e para o advento do neoliberalismo no país. Nessa vertente interpretativa predomina a ideia de que a prática e o programa político com afinidades com ideias neoliberais implementado por FHC na Presidência da República já estavam, de certa forma, embutidos em suas primeiras formulações teóricas. Haveria, portanto, uma conexão e uma coerência perversa entre teoria e prática em FHC.

Por outro lado, alguns autores que discorrem sobre o famoso “Seminário d’O Capital”, na Universidade de São Paulo (USP), onde FHC teve sua “introdução ao marxismo”, adotam as hipóteses de Perry Anderson sobre o marxismo ocidental para sustentar que as principais características daquele grupo eram uma utilização acadêmica do marxismo, que separava teoria e prática e desarmava o marxismo de sua busca pela emancipação humana (cf. Arantes, 1994; Lahuerta, 1999; Martins, 2008; L. Rodrigues, 2011). Nesse caso, haveria um descolamento entre teoria e prática, já que o processo de construção teórica referenciado no marxismo não tinha relação com nenhum tipo de prática política – e, no caso de FHC, a prática política viria depois, deslocada e pouco comprometida com aquela primeira produção teórica marxista do autor. Ademais, há autores que, com uma linha parecida com a anterior, trabalham a ideia de que a produção teórica do Seminário e de FHC, em particular, baseava-se em um marxismo teoricamente fraco, repleto de falhas, que dava margem para uma evolução política que se distanciava cada vez mais de qualquer objetivo emancipatório típico do marxismo (cf. Bianchi, 2010; Santos, 2000; Traspadini, 1999; Vargas, 2009).

Velasco e Cruz (1999), refletindo sobre a relação entre teoria e prática em um FHC já presidente, conclui que ele se valia de suas antigas categorias para se orientar no caminho que havia escolhido, como político, entre as várias alternativas que elas permitiam. Nesse sentido, a política implementada por FHC na Presidência da República não seria nem totalmente desconectada de suas formulações teóricas anteriores, nem a materialização de ideias previamente concebidas por ele, mas o “resultado de uma história longa, que se bifurcou em vários pontos, e as escolhas [de FHC] foram ditadas por circunstâncias e motivações que muito pouco tinham a ver com a *teoria da dependência*, ou outra teoria qualquer” (Velasco e Cruz, 1999, p. 243).

Mais recentemente, Lima (2015, p. 198) construiu uma interpretação acurada sobre o marxismo de FHC em suas primeiras obras para demonstrar que ele era marxista pelo menos entre sua tese de doutorado e a publicação de *Dependência e desenvolvimento na América Latina* (período abrangido pelo estudo); o autor percebe “neste marxismo não um desvio inconsistente, e sim um de seus *modos possíveis de existência* o qual, por si mesmo, aponta para este sentido de reconciliação ao qual não se limita”. A dialética de FHC, no campo de possibilidades do marxismo, teria caminhado, já na discussão sobre dependência, mais para uma reconciliação com a efetividade, com a realidade como ela é, do que para uma recusa revolucionária dessa realidade.

A tese de doutorado na qual as reflexões deste artigo se originam (Gonçalves, 2018) se coloca nos marcos de todo esse debate, especialmente na esteira das reflexões de Velasco e Cruz (1999) e Lima (2015). Dada a relevância da produção teórica e da prática política de FHC para as ciências sociais e para o Brasil, além da diversidade de interpretações acerca da relação estabelecida entre elas, nosso objetivo era, a partir de arcabouço teórico marxista e gramsciano, analisar o *processo* por meio do qual os caminhos e as escolhas de FHC se constituíram, nas circunstâncias em que estavam inseridos: ou seja, demonstrar *como* essa reconciliação com a efetividade foi construída no pensamento e na prática de FHC. Assim, optamos por trabalhar com sua produção teórica e sua prática política desde seus primeiros anos de vida acadêmica mais relevante até sua candidatura à Presidência da República, em 1994 (cf. Gonçalves, 2018).

Menos do que contestar teses que vinculam as formulações sobre a dependência às amarras de um caminho político que culminaria em grande distanciamento de qualquer projeto popular ou as que encontram essas mesmas determinações na inconsistência do marxismo de FHC, nosso intuito foi mostrar *como se deu o processo complexo e dialético de imbricação entre teoria e prática nesse autor ao longo de boa parte de sua trajetória*. Ao longo do percurso desta pesquisa, deparamo-nos com momentos diferentes da interpretação do Brasil por FHC. Em um primeiro momento, marcada sobretudo pela predominância de sua atuação acadêmica ainda muito vinculada a Florestan Fernandes, FHC reproduz as interpretações dualistas sobre o Brasil, marcadas por busca pela modernização e superação

do atraso. Com a complexificação de seu arcabouço teórico e o desenvolvimento de sua pesquisa sobre os empresários no Brasil e depois a ampliação de suas teses para o conjunto da América Latina (no que viriam a ser suas formulações sobre a dependência), ao longo dos anos 1960, e com as reflexões, especialmente políticas, levadas a cabo na década de 1970, FHC reelabora sua interpretação sobre o Brasil e suas condições de desenvolvimento e democratização, buscando uma conexão dialética entre as determinações estruturais internacionais do capitalismo naquele momento e as particularidades do Brasil naquele cenário. Por fim, em meados da década de 1980, já com a predominância de sua atuação política, FHC reinterpreta o Brasil com uma chave novamente dualista, mas agora determinada pela política.

Neste artigo, que adquire ainda mais sentido quando compreendido como parte de uma pesquisa mais ampla, nosso intuito é simplesmente focar a produção e as reflexões de FHC nos dois últimos anos antes de ele se eleger presidente do país, em 1994. Nosso objetivo é ilustrar um pouco daqueles que foram os últimos anos de consolidação de uma “nova” visão do Brasil para FHC, como forma de subsidiar – a partir de uma reflexão acerca de sua produção teórica e de sua prática política – a compreensão do que foram seus governos, tanto no que diz respeito às políticas públicas quanto à própria concepção de Estado.

Um parêntese teórico: breves considerações sobre uma abordagem gramsciana

Uma das necessidades prementes para um estudo de história do pensamento político sob a perspectiva aqui proposta é construir um modo de analisar o objeto que evite os riscos de autonomizar as ideias em relação à dinâmica geral da sociedade, seja ela política ou econômica, ou pinçar os intelectuais fora de seus contextos. Por isso, um de nossos pressupostos metodológicos é buscar aplicar o materialismo histórico “continuamente a si mesmo”, como descreve Lukács (2003, p. 54) em *História e consciência de classe*. Isso significa, além de escolher e localizar nosso objeto de modo coerente com a perspectiva do materialismo histórico, construir a problemática e as hipóteses da pesquisa a partir daí e com a consciência de que ambos se encontram delimitados ideologicamente. Em suma, podemos orientar-nos pela interpretação de Marx que oferece Löwy (2000, p. 105) acerca da questão:

Não é senão por uma análise sócio-histórica, em termos de classes sociais, que se pode compreender a evolução de uma ciência social [...] seus avanços ou seus recuos do ponto de vista científico. A história da ciência não pode ser separada da história em geral, da história da luta de classes em particular.

Nesse sentido, tampouco a história dos intelectuais que desenvolvem essa ciência social, seja qual for a problemática que guie o pesquisador, pode ser construída sem dar conta da “história em geral” e da “história da luta de classes em particular”. Da mesma maneira que seria um equívoco fazer história (da ciência, ou de qualquer coisa) sem considerar o contexto político e a história da luta de classes, fazer filosofia (ou qualquer tipo de ciência social) sem dar conta da história se torna um exercício vão.

Destacada da teoria da história e da política, a filosofia não pode deixar de ser metafísica, ao passo que a grande conquista da história do pensamento moderno, representada pela filosofia da práxis, é precisamente a historicização concreta da filosofia e sua identificação com a história (Gramsci, 2001, p. 144).

A noção de identidade entre história, filosofia e política, proposta por Antonio Gramsci, “permite ir além das obras de um ou de vários autores destacados e encontrar o nexos que aproxima pensamento e política, ou seja, investigar em que medida um autor ou uma obra são parte dos conflitos políticos em um dado contexto histórico” (Bianchi, 2012, p. 9). Poder-se-ia afirmar que ainda que haja uma relação intrínseca entre história e filosofia, e que seja necessário ao sujeito político conhecê-la, a ação política propriamente dita não deveria preocupar-se demasiadamente com essa relação, na medida em que se orienta a objetivos práticos e, muitas vezes, imediatos. Entretanto, Gramsci trata de uma *identidade*: elas são a mesma coisa. Aqui, o parágrafo 16 do caderno 13 é de suma importância para compreender exatamente como buscamos nos aproximar de nosso objeto. Nele, Gramsci discute contra o “excessivo realismo político”, que afirmaria que o homem de Estado – o político – só deve atuar no âmbito da realidade efetiva, sem se preocupar com o “dever ser”, e que nesse sentido caberia distinguir entre o diplomata e o político e entre o *cientista da política* e o *político em ato*: o diplomata e o cientista devem mover-se apenas na realidade efetiva, o “ser”, sem se preocupar com filosofia ou qualquer coisa do gênero. As palavras de Gramsci sobre Maquiavel servem de exemplo para a construção da problemática acerca da história do pensamento político e dos intelectuais, principalmente considerando a questão da unidade entre teoria e prática:

Mas Maquiavel não é um mero cientista; ele é um homem de partido, de paixões poderosas, um político em ato, que pretende criar novas relações de força e, por isso, não pode deixar de se ocupar com o “dever ser”, não entendido evidentemente em sentido moralista. A questão, portanto, não deve ser posta nestes termos, é mais complexa: ou seja, trata-se de ver se o “dever ser” é um ato arbitrário ou necessário, é vontade concreta ou veleidade, desejo, miragem.

O político em ato é um criador, um suscitador, mas não cria a partir do nada nem se move na vazia agitação de seus desejos e sonhos. Toma como base a realidade efetiva: mas o que é esta realidade efetiva? Será algo estático e imóvel, ou, ao contrário, uma relação de forças em contínuo movimento e mudança de equilíbrio? Aplicar a vontade à criação de um novo equilíbrio das forças realmente existentes e atuantes, baseando-se naquela determinada força que se considera progressista, fortalecendo-a para fazê-la triunfar, significa continuar movendo-se no terreno da realidade efetiva, mas para dominá-la e superá-la (ou contribuir para isso). Portanto, o “dever ser” é algo concreto, ou melhor, somente ele é interpretação realista e historicista da realidade, somente ele é história em ato e filosofia em ato, somente ele é política (Gramsci, 2000, p. 35).

Aqui, há uma síntese muito importante: Antonio Gramsci busca demonstrar como em Nicolau Maquiavel teoria e prática se relacionam e se fundem. A ação política coerente pressupõe a teoria e, nesse sentido, o homem de Estado precisa de uma filosofia, o político precisa da ciência. Enquanto o mero cientista se contenta com o “ser” – a realidade efetiva vista de modo limitado – o homem de Estado parte do “ser” percebido cientificamente e historicamente para buscar o “dever ser” construído filosoficamente, por isso movimenta a ciência ao mesmo tempo que se movimenta politicamente, em um processo de construção de unidade – de fusão – entre teoria e prática. Somente o “dever ser” *como vontade concreta* que conecta filosofia, história e política é a interpretação realista e historicista da realidade, porque localiza o presente em um contexto mais amplo, que é história, momento e conjunto de possibilidades.

A realidade efetiva não é estática nem imóvel, mas uma relação de forças em contínuo movimento. É nesse contexto que faz sentido aplicar a “vontade à criação de um novo equilíbrio de forças” baseando-se naquelas que se considera progressistas e fortalecendo-as para fazê-las triunfar. Antonio Gramsci demonstra que quando esse processo é construído, continua-se movendo no terreno da realidade: há uma fusão entre “ser” e “dever ser”. Aqui é que o “dever ser” se torna algo concreto e, mais do que isso, é ele a interpretação realista e historicista da realidade. No fundo, neste artigo analisamos o ponto culminante de uma trajetória intelectual e política em que o “dever ser”, entendido nos termos propostos por Gramsci, termina engolido por um “ser” que se apresenta como impossível de ser transformado.

O Brasil nas mãos de FHC: Ministério das Relações Exteriores e Ministério da Fazenda

Em maio de 1993, depois de curto período como Ministro das Relações Exteriores, FHC assumiu o Ministério da Fazenda e passou a ter um protagonismo ainda maior na política brasileira pelos 9 anos seguintes. No início daquele ano, ainda na pasta de relações exteriores, ele recebera o título de Doutor Honoris Causa da Universidade do Chile, em Santiago. Em seu discurso, tratou de fazer um retrospecto de sua carreira intelectual até ali e traçar um panorama dos desafios das ciências sociais naquele momento, voltando a tocar pontos importantes de suas formulações ao longo das décadas anteriores – e a defender-se de críticas recorrentes. Depois de afirmar que seu trabalho sobre a dependência só foi possível pelo encontro de cientistas e pensadores proporcionado pelo Chile e que ele era uma expressão daquele encontro, refuta mérito individual por aquela produção. FHC afirma que ele e seus colegas questionaram as teorias do desenvolvimento existentes naquele momento, sobretudo a ideia de que a única alternativa na América Latina seria a revolução, e que aqui o capitalismo não teria condições de desenvolver-se. Por isso, tiveram de enfrentar muitas críticas da esquerda.

Alguns diziam que esses senhores estão, de fato, buscando a possibilidade de desenvolvimento desses países sob o capitalismo e isso é inaceitável. Diziam que sem revolução não poderia haver transformação. Nossa resposta foi: nós não estamos afirmando que a transformação é boa ou má, apenas destacamos que há uma transformação possível canalizada por um sistema de produção que é capitalista. Mais tarde, já de volta ao Brasil, tive de criar outra ideia para ser mais preciso. Trata-se do desenvolvimento dependente, mas associado, porque no Brasil dos anos 1970 houve uma transformação muito forte. Outra vez, tive de brigar com setores que se acreditavam progressistas, que diziam que não, que estava tudo estagnado, que não havia nenhuma possibilidade de que sob um regime militar se produzisse uma transformação que significasse a acumulação de riquezas e, em consequência, o bem-estar. E, outra vez, tive de dizer que não se pode confundir as coisas, que eu não estava defendendo o regime militar (eu não podia fazê-lo), que o que estava dizendo era que além do sistema de governo havia também outra formação, mais de fundo, que dava um salto adiante no sistema produtivo. Eu assinalava que ela produziria transformações básicas no futuro da sociedade e que era inútil se queixar; como sociólogo, eu tinha de reconhecer certas tendências da sociedade (Cardoso, 1993a, p. 17, tradução nossa).

FHC explicava, mais uma vez, que buscava reconhecer as tendências estruturais e os limites possíveis para as mudanças, que isso não significava que torcia por elas. “Era inútil queixar-se”. No momento em que havia escrito os primeiros trabalhos sobre a dependência, ainda havia uma tensão não resolvida em FHC, entre reconhecer como insuperáveis os limites estruturais que o capitalismo impunha para as mudanças, muito bem compreendidos e estudados por ele, e as potências transformadoras dos setores subalternos da sociedade, que podiam gerar desdobramentos surpreendentes (cf. Gonçalves, 2018, p. 118). Efetivamente, ele não parecia “torcer” pelo desenvolvimento das tendências que apontava. O curso de sua trajetória, no entanto, colocou-o em condições, duas décadas depois, de poder fazer bem mais do que simplesmente torcer por uma alternativa ou outra: como ministro, e depois como presidente, ele poderia contribuir decisivamente, escolher as apostas e as opções que o Brasil adotaria diante dos problemas e dos dilemas com os quais convivia no início dos anos 1990.

No mesmo discurso no Chile, FHC sustentava que as principais teorias sociais existentes tinham suas preocupações relacionadas, de uma forma ou de outra, com a questão da exploração. Contudo, como ele já afirmava alguns anos antes, havia países – e lugares dentro de países – que, com as mudanças no capitalismo internacional e sua generalização, tinham populações que não serviam sequer para ser exploradas: o novo desafio teórico das ciências sociais seria responder o que fazer diante dessa situação (Cardoso, 1993a, p. 18). Embora reconhecesse o desafio, ainda não tinha respostas muito claras para isso, e essa talvez seria a principal lacuna de sua interpretação do mundo e do que fazer diante dos desafios impostos pelas novas condições do capitalismo global naquele momento.

No Brasil, como Ministro de Relações Exteriores, podia tentar ajudar a criar as condições para uma integração adequada do país à economia internacional. Ele buscava dar um perfil universalista para a política externa brasileira, com relações multipolares, tratando de tirar vantagens para o país a partir da fragmentação do poder mundial que era a tendência naquele momento (Cardoso, 1993b). A nova ordem internacional ainda estaria em construção, e a única certeza que se tinha era que o modelo isolacionista ou autárquico não era uma opção possível: era preciso buscar mercados, recursos financeiros e tecnologia mundo afora, para isso, o Brasil precisava ser um parceiro comercial favorável (Cardoso, 1993b). Os desafios de um mundo multipolarizado eram muitos, mas as oportunidades também, e:

Para aproveitá-las o país há de tomar, como está tomando, decisões internas importantes. A abertura da economia; a reforma do Estado; a atração aos investimentos estrangeiros; a aprovação da Lei de Patentes; a normalização das relações com a comunidade financeira internacional; a determinação na proteção do meio ambiente e dos direitos humanos – são todas políticas imprescindíveis

que colocam o Brasil no rumo das tendências positivas do cenário internacional. A globalização da economia mundial e a universalização dos valores democráticos e do livre mercado constituem pontos de referência fundamentais (Cardoso, 1993c, p. 10).

Para aproveitar as oportunidades e não perder o bonde, o Brasil precisava transformar-se internamente. Em relação à reforma do Estado, dentre várias outras medidas como privatizações, mudanças na previdência e uma reforma tributária e fiscal, FHC sempre defendeu mudanças no arranjo institucional brasileiro, que para ele parecia inadequado para uma democracia moderna. Os percalços da Constituinte teriam gerado uma engenharia institucional complicada no país, que dificultava seu funcionamento e, por isso, seguia defendendo três pontos básicos em termos de transformações das instituições brasileiras: uma reforma no sistema partidário, com políticas que restringissem a proliferação de partidos artificiais; uma mudança no sistema de votos, adotando o voto distrital misto, pois assim os partidos se fortaleceriam e os políticos seriam mais bem acompanhados; e uma mudança no regime de governo, com a adoção do parlamentarismo (Cardoso, 1993d).

Em 1993, ano da realização do plebiscito sobre o regime de governo, FHC considerava a defesa do parlamentarismo uma de suas prioridades políticas. Por isso, com José Serra, escreveu uma cartilha de campanha de ampla divulgação defendendo esse regime de governo, apresentando as diferentes posições sobre o tema e, principalmente, o que esse regime traria de bom para a consolidação e a modernização da democracia brasileira (cf. Cardoso & Serra, 1993).

Entretanto, em maio daquele ano, FHC seria convidado pelo Presidente Itamar Franco para aquela que talvez fosse a função mais importante no sentido de construir as transformações internas que considerava necessárias para que o Brasil pudesse avançar – o Ministério da Fazenda. Em seu primeiro discurso, na transmissão do cargo, falou de um “projeto de país”. Afirmou que a discussão sobre as privatizações não era mais ideológica, não havia opção nessa questão, porque simplesmente o Estado não tinha condições de administrar muitas de suas empresas – não haveria capacidade do Tesouro Nacional para isso – e o que se poderia discutir era como elas deveriam ser feitas (Cardoso, 1993e). FHC afirmava que havia espaço para crescer economicamente porque a situação orçamentária do Brasil era razoável e que era preciso combater a inflação, mas não a qualquer custo, porque o limite era a fome e a vida do povo (Cardoso, 1993e).

Em junho, FHC anunciou o Plano de Ação Imediata (PAI), seu primeiro plano à frente da economia do país. A linha era combater a inflação e o primeiro passo era “arrumar a casa”, acertando as contas do Estado brasileiro. O PAI representava os primeiros passos na reforma estatal que, para ele, contribuiria para ajustar o Brasil às necessidades da

economia internacional. O mais urgente era resolver a inflação e o déficit no orçamento, por isso, propunha-se o corte de US\$ 6 bilhões em gastos do governo; a cobrança de ações mais enérgicas contra os sonegadores; e a aprovação do Imposto Provisório sobre Movimentações Financeiras (IPMF). Além disso, fazia um apelo aos empresários para que pagassem o que deviam ao Estado, desistindo das ações que questionavam as dívidas na Justiça; disse que buscava resolver a questão da dívida dos estados com a União; e enfatizou a necessidade da continuação do processo de privatizações (Cardoso, 1993f). Depois de cada medida importante do ministério, FHC reunia a imprensa e detalhava-a ponto a ponto em entrevista coletiva; no dia seguinte fazia um pronunciamento em cadeia de rádio e TV, direcionado a toda a nação. Tais pronunciamentos – os primeiros em rede nacional de FHC – se mostraram muito interessantes por seu didatismo, por uma busca incessante de *explicar* o que se estava propondo. Antes de explicar as medidas do PAI, FHC dizia ao povo brasileiro:

Quero ter com vocês, com todos os brasileiros, uma conversa franca sobre o nosso país, sobre o nosso futuro e dos nossos filhos e netos. O Brasil acostumou-se a ver seus ministros da fazenda virem à televisão para fazer promessas, anunciar planos mágicos e vender projetos salvadores. Posso frustrar quem espera de mim algo parecido. Aqui, falando com vocês olho no olho, não está nenhum super-homem. Está apenas um cidadão brasileiro, ministro de Estado. Não estou aqui, repito, para fazer promessas nem para vender ilusões. Não se pode brincar inconsequentemente com as necessidades, a esperança e com os sonhos de um povo. Venho com a verdade. Uma verdade dura, mas necessária. A inflação não vai acabar de um dia para o outro com um golpe, com um tiro, ou com um passe misterioso. Hoje, o Ministério da Fazenda tomou um conjunto de providências que vão ajudar a colocar o Brasil nos trilhos. A inflação vai acabar, sim, mas com um trabalho sério, sistemático, e continuado (Cardoso, 1993g, p. 2).

Três meses depois do início do PAI, FHC faz um balanço positivo do programa: os primeiros passos estavam sendo dados e, aos poucos, a inflação seria resolvida (Cardoso, 1993k). Quando enfrentava críticas, sobretudo as que diziam que seu programa não fazia nada mais do que seguir a ortodoxia econômica e as premissas neoliberais de austeridade, FHC voltava a se apegar ao peso do possível. Não se tratava de um programa ortodoxo, mas de um programa óbvio: era necessário colocar a casa em ordem, senão não haveria condições de governar. “Se puser o Aluísio Mercadante do PT como Ministro da Fazenda, ele vai também colocar a casa em ordem, senão ele não governa” (Cardoso, 1993h, p. 9). Os dois inimigos principais do Brasil estavam interligados, seriam a miséria e a inflação, e o programa aventado por FHC seria, segundo ele, muito assemelhado à social-democracia

européia, com a diferença de que lá não havia a miséria, por isso eram necessárias algumas medidas diferentes (Cardoso, 1993h). Em setembro, em depoimento à CPI da Desestatização, à qual fora convocado para prestar alguns esclarecimentos e explicar o programa de privatizações, voltou a afirmar que privatizar se tornou algo imprescindível na política econômica brasileira, não era uma questão ideológica (Cardoso, 1993j, p. 2). Era algo muito negativo ter de tirar dinheiro do Tesouro Nacional para sustentar empresas públicas que não eram lucrativas, e a razão principal das privatizações teria a ver com isso. Havia razões acessórias, relacionadas à má gestão e ao clientelismo, mas FHC dizia que não era determinado que o Estado era, por natureza, um mau gestor, por isso essas razões eram menos importantes. E, de novo, ele buscava se diferenciar da onda neoliberal, que reconhecia assolar a América Latina.

Há razões também políticas que me levam a crer que é necessário repensar a questão do modelo da participação do Estado no processo econômico. Agora, sei que há outras tendências, outros pensamentos chamados neo-liberais que acreditam que a questão fundamental é que o Estado não deva intervir em nada e que, provavelmente, o setor privado, por si, é capaz de tudo. Não é o meu pensamento. Nunca foi e nem é o meu pensamento. Acabei de dar minhas razões, porque acho que deve haver a privatização, por isso disse que não se tratava de uma questão ideológica [...] (Cardoso, 1993j, p. 8).

Afirmava que não entrava na “tese fácil da privatização selvagem”, mas a privatização precisava ocorrer para reequilibrar as contas públicas – não para custear as atividades do Estado, mas para pagar as dívidas. Nesse caso, às vezes, era preciso privatizar até empresas lucrativas, que não davam prejuízo ao Estado, porque se por um lado havia dívidas e de outro patrimônio, não havia escolha: era preciso usar o patrimônio para pagar as dívidas (Cardoso, 1993j). Era preciso lutar pela incorporação do Brasil ao mundo e também para isso serviriam as privatizações, os cortes, a austeridade.

FHC afirmava que o Estado havia crescido desordenadamente ao longo do período ditatorial e dizia achar engraçado o fato de democratas defenderem a manutenção dessas empresas (Cardoso, 1993j). As aposentadorias também custavam muito, especialmente a de parte dos servidores públicos, e, para distribuir renda no país, seria necessário modificar questões desse tipo. Mas defendia outras formas de distribuição de renda que não mexiam com direitos dos trabalhadores: nesse contexto, recorda as duas leis propostas por ele, a da taxação de grandes fortunas e a da distribuição de lucros para os trabalhadores, que não haviam sido regulamentadas pelo Congresso Nacional (Cardoso, 1993j).

FHC via em sua atuação no Ministério da Fazenda outra potencialidade importante, além de definir a política macroeconômica do país de modo coerente diante da necessidade

de integração. Identificara no ministério o principal alicerce do clientelismo brasileiro, com enorme poder de clientela, e buscava mudar tal situação por meio da transparência das medidas e da divulgação do orçamento com os cortes (Cardoso, 1993o). Depois de eleito Presidente da República, em fins de 1994, ele chegou a dizer que não havia mais clientelismo em nível nacional no Brasil.

Contudo, além dos cortes orçamentários, FHC tentava implementar uma mudança na forma como se geria o Estado: as negociações com os governadores estavam indo bem, e o tema-chave passava a ser, em meados de 1993, a questão salarial. Apesar do salário não ser uma das causas primárias para a inflação, como ele argumentara ao longo de todos os anos anteriores, era parte de uma cadeia de transmissão para ela, e o objetivo do governo deveria ser o aumento do salário real (via combate da inflação), não necessariamente do salário nominal. Discutindo essa questão, ele voltava a argumentar sobre a necessidade de implementar algumas medidas:

É sempre fácil reivindicar. Como os salários do Brasil são baixos, em geral as reivindicações são justas. Só que não cabe ao administrador julgar a Justiça ou não, tem que julgar na viabilidade. E tem que discernir as prioridades. O que se faz, tem que analisar o conjunto, as consequências dos atos que nós tomamos. Como estamos absolutamente convencidos que não se trata de uma política de oportunismo, nem se trata de uma política em detrimento da massa salarial, nós estamos persuadidos de que esse é o caminho certo e vamos tentar persuadir os setores correspondentes, inclusive os setores políticos correspondentes (Cardoso, 1993n, p. 5).

Colocava-se em prática, aqui, o que FHC já preconizara como um dos desafios mais difíceis da social-democracia na América Latina: seria preciso, em muitos momentos, abrir mão de reivindicações justas em nome da construção de estabilidade econômica e do interesse de longo prazo do conjunto da sociedade.

Já em 1990, discutindo as semelhanças entre a social-democracia latino-americana teria com a europeia, FHC argumentava que elas se limitavam à opção pela reforma como meio de transformação, ao invés da revolução, e as ideias do pluralismo partidário e da construção de um partido policlassista (Cardoso, 1990, p. 38). O alvo da onda neoliberal na América Latina nos anos 1980 não teria sido o patrão capitalista e o mercado, mas o Estado opressor. Por outro lado, as lutas sociais no continente teriam vindo sempre embebidas de populismo e corporativismo, e a ideia neoliberal de “progresso com racionalidade” não poupava sequer a dimensão social do populismo. Nesse contexto, a tradição da social-democracia de basear suas críticas na desigualdade provocada pelo mercado sem regulação esbarrava, na América Latina, no triunfo do neoliberalismo (Cardoso, 1990). Para defender

o “Estado socialmente necessário”, então, era preciso criticar o Estado como ele realmente era na América Latina, e por isso aceitar algumas críticas provenientes do liberalismo, ainda que demonstrando suas distorções (Cardoso, 1990). As particularidades da social-democracia latino-americana e do contexto na qual estava inserida faziam com que, para defender o ponto de vista dos assalariados e trabalhadores, fossem necessários dois cuidados constantes: restringir o corporativismo e não descuidar da produção (Cardoso, 1990).

Essa preocupação diferencia a social-democracia nas condições latino-americanas tanto da europeia como do populismo preexistente. Com efeito, no caso da América Latina a distribuição de renda via pressão corporativa tem efeitos muito mais negativos do que o ocorrido na Europa [...] [onde] dificilmente, as vantagens relativas de um grupo social de assalariados terão significado perdas para outro grupo de assalariados. Na América Latina, ao contrário, dadas as enormes desigualdades não só entre ricos e pobres, entre capitalistas e assalariados, mas entre os setores sociais organizados (que incluem segmentos importantes das classes trabalhadoras e das classes médias) e setores não organizados (não só “marginais” à produção, mas *idem ibidem* das classes trabalhadoras e médias), as pressões corporativas constituem empecilhos para a *universalização* das conquistas sociais. É assim com o salário, com a Previdência, com os benefícios da aposentadoria, com o acesso à educação e à saúde, etc. Sobre os ombros da social-democracia latino-americana recai portanto a difícil tarefa de distinguir-se do populismo-corporativista, em nome da universalização das vantagens sociais, sem se transformar em obstáculo para avanços efetivos que alguns setores podem e devem obter (Cardoso, 1990, p. 40).

A luta contra o corporativismo e, portanto, contra demandas de setores organizados das classes médias e trabalhadoras, era uma dura missão da social-democracia na América Latina, em nome da universalização dos benefícios. Ela não deveria confundir-se com a direita liberal, que afirmava que todas as pautas eram corporativas, mas tampouco aceitar todas as demandas sem se preocupar com os efeitos delas no conjunto da sociedade, tal como faziam os populistas (Cardoso, 1990). Em relação à produção, a atenção necessária era para que se evitasse um discurso distributivista que descuidasse da necessidade de aumentar a racionalidade da produção e a produtividade, para que houvesse o que distribuir. Também nessa esfera, a social-democracia latino-americana teria de enfrentar alguns dilemas importantes. Em sociedades desiguais e pobres como as nossas, há muitas demandas sociais que são justas, mas que não teriam condições de ser atendidas imediatamente. Não se tratava, então, de evitar apenas o atendimento às demandas corporativistas, mas, em

alguns momentos, em nome do crescimento, de tampouco atender a demandas que eram efetivamente justas:

A social-democracia volta a enfrentar aqui o ponto mencionado anteriormente. Ela precisa opor-se, em nome do crescimento econômico e da racionalidade a médio prazo, as demandas que, por justas que sejam, criem situações que impeçam no futuro a continuidade dos benefícios que se desejam. Esta é a outra dimensão da contradição já abordada entre vantagens para um grupo específico e universalização dos benefícios. Só que neste caso não se trata apenas de uma vantagem corporativa. Medidas gerais em si justas (por exemplo, aumentos salariais) podem não ser sustentáveis no decorrer do tempo e (ou) podem tirar mais no futuro do que concedem, como benefício, no presente. Vou além: na situação de pobreza e desigualdade existente na América Latina, se a social-democracia não for capaz de juntar esses dois termos, o da prosperidade necessária com o da distribuição de renda, terá fracassado (Cardoso, 1990, pp. 41-42).

Esses seriam os grandes desafios da social-democracia diante de todo o contexto de necessidade de integração dos países latino-americanos às economias globais. Chama a atenção o realismo com o qual FHC expunha os limites daquilo que propunha como programa para a América Latina e, conseqüentemente, para o Brasil. Como demonstramos em outro estudo (Gonçalves, 2018), FHC vai consolidando ao longo de sua trajetória uma paixão pelo que acreditava ser possível que molda sua atuação política, ao passo que acredita que o protagonismo dos processos de transformação não estaria exclusivamente com os setores populares ou as classes trabalhadoras, mas em um amálgama que envolvia setores médios, classes trabalhadoras e pequenos setores detentores do capital. Nesse amálgama, entretanto, estava embutida uma desconfiança para com os setores organizados das classes trabalhadoras por conta de seu corporativismo, que de certa forma é expandida também para os setores organizados das camadas médias, como vimos nas passagens discutidas. Dentro desses marcos, o critério prioritário adotado por FHC para construir sua atuação política e suas alianças não é o caráter de classe das reivindicações ou a orientação política dos atores, mas um corte entre o moderno – entendido como o campo que compreende a necessidade de integração à globalização e que, portanto, está disposto a adequar o Estado brasileiro a isso, modernizando-o – e o arcaico – o campo das oligarquias, mas também do progressismo atrasado e da esquerda, populista e corporativista, que não teria “registrado as transformações do mundo”. Aqui estão sintetizados os elementos-chave do conteúdo que a relação entre teoria e prática assumia em FHC no início dos anos 1990. O programa concreto que defendia para o Brasil e a forma como lidou com o governo Collor e depois atuou no governo Itamar demonstram claramente essa conjunção de fatores.

Do ponto de vista do Estado, esses desafios da social-democracia se concretizavam no combate à dicotomia “privado x estatal”: a questão que orienta as decisões sobre o Estado deveria ser como trazer competitividade, como tornar públicas as decisões das empresas, e qualquer análise objetiva sobre privatizações deveria diferenciar as empresas que foram estatizadas para socializar perdas daquelas que realmente produzem e de setores que prestam serviços que não podem ser baseados e pautados pelo lucro (Gonçalves, 2018). Não se deveria ser contra as privatizações por uma questão de princípios: algumas seriam necessárias e positivas para o conjunto da sociedade. Era preciso enfrentar tanto o neoliberalismo, que queria privatizar tudo indiscriminadamente, quanto o populismo, que queria tudo na mão do Estado, sempre buscando criar condições para o desenvolvimento da economia e combater a privatização do Estado (inclusive a partir da própria burocracia). Em relação ao nacionalismo, era preciso entender que a globalização tornava o protecionismo algo obsoleto, e o importante não era rechaçar o mercado externo, mas buscar diminuir a diferença entre como se produz e se consome interna e externamente. A abertura da economia deveria acontecer, sempre pautada em critérios baseados na igualdade de salários, tecnologias e consumo entre o setor exportador e o mercado interno (Gonçalves, 2018). Do ponto de vista da democracia, a ideia era defender o parlamentarismo como regime de governo e o fortalecimento das instituições democráticas, para além das ideias assembleístas e do movimentismo que marcavam boa parte da esquerda (Gonçalves, 2018).

O fato é que, já como ministro da Fazenda, em 1993, FHC ia, aos poucos, enfrentando esses desafios de forma coerente com a ideia de que não havia possibilidade de fazer nada diferente. É interessante notar que, embora tivesse sempre criticado a lógica implementada por Antônio Delfim Netto de “primeiro crescer o bolo, para depois distribuir”, havia alguma semelhança com a ideia de primeiro garantir a estabilidade macroeconômica para depois permitir os ganhos para os setores populares. É verdade que FHC continuava afirmando que o que buscava era crescimento econômico e distribuição de renda *ao mesmo tempo*, mas talvez a experiência de dentro do Estado já o tivesse feito relativizar algumas críticas. Na comemoração do ano do Jubileu da Receita Federal, com a presença de Delfim Netto, FHC dizia ser uma satisfação tê-lo ali, porque “a despeito de muitas mutações, há continuidade do país. O país não se forma só em função de rupturas e desavenças. [...] se forma também em função de ser uma linha de continuidade que ultrapassa conjunturas” (Cardoso, 1993n, p. 2). Fosse Aluísio Mercadante, fosse Delfim Netto ou fosse ele próprio, o ponto defendido por FHC era que todos teriam a obrigação de tomar mais ou menos as mesmas medidas, sem que cortes ideológicos ou preferências políticas pudessem ter qualquer influência. Os limites do possível se imporiam sobre qualquer um.

Além disso, parece que a perspectiva de dentro do governo aumentou a aposta de FHC nos setores empresariais. Ele dizia que o setor privado estava indo muito bem e apontava um caminho promissor para a economia brasileira, enquanto o setor público capengava

(Cardoso, 1993i). Se uma das críticas que fazia à onda do neoliberalismo triunfante, à qual a social-democracia buscava resistir, era uma apologia ao setor privado em detrimento do público, sua experiência no ministério parecia, em alguns momentos, aproximá-lo desse tipo de compreensão.

Estou voltando dos Estados Unidos, de uma reunião com o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial e conversei com os principais órgãos de imprensa dos Estados Unidos. A pergunta é sempre a mesma, um pouco de perplexidade, mas “não dá para acabar com essa desordem inflacionária”[?]. Depois dizem: mas como é que o setor consegue crescer com tudo isso? Esse é o verdadeiro milagre que não foi feito pelo governo nem pelo Estado, foi feito pelo país, pela sociedade. As empresas se ajustaram e estão em expansão. Este ano vamos ter um crescimento do PIB da ordem de 5%. É uma coisa muito concreta [...]. Temos uma grande desordem financeira o setor público, que nos levou realmente a realizar déficits e encolher a capacidade do Estado num sentido genérico, de atender a demanda da sociedade (Cardoso, 1993l, pp. 4-5).

Enquanto as empresas estavam operando um milagre econômico, o setor público continuava em frangalhos. Talvez a onda prevalente do neoliberalismo estivesse influenciando suas perspectivas mais do que admitiria. Pensando em flexibilidade orçamentária, FHC passou a defender a desvinculação dos recursos da União – porque ela não seria racional, já que as prioridades mudam no tempo: o racional seria fazer uma locação de recursos por cinco anos e uma avaliação anual, mas como o Brasil vivia incertezas políticas, todos os setores buscavam garantias constitucionais para que os recursos fossem direcionados a eles (Cardoso, 1993j, p. 6). Havia uma crítica ao corporativismo embutida nessa questão, e FHC dizia que se não enfrentássemos questões como essas, continuaríamos tratando uns aos outros como inimigos, provavelmente se referindo às críticas que recebia de setores da esquerda. Nessa mesma linha, descrevia as políticas que implementava para combater a inflação como não sendo realmente ortodoxas, porque era a inflação que segurava a concentração de renda no Brasil naquele momento.

[...] a inflação [...] está penalizando duramente o pobre. Então combater a inflação não é ortodoxia econômica porque não sou ortodoxo coisa nenhuma. Tenho um forte compromisso social e sou social-democrata, de ver a vida de um lado que não era dos ricos, não há porque a essa altura mudar de lado. Não se trata disso... (Cardoso, 1993p, p. 8).

O fato é que FHC enfrentava uma tensão constante entre as políticas que estava implementando, a forma como elas eram recebidas pelos mais diversos setores da sociedade (mesmo os que elogiavam) e a maneira como ele se definia politicamente. Com efeito, se a social-democracia na América Latina teria de enfrentar aqueles dilemas que ele havia colocado alguns anos antes, a posição de alguém que se dispusesse a fazer isso não tinha como ser fácil, pelo menos diante dos setores organizados das classes trabalhadoras. O apoio que o empresariado o oferecia também o distanciava ainda mais dos setores organizados das classes populares e dos partidos de esquerda. Entretanto, para ele, o Estado precisava voltar a ser administrável para poder cumprir suas funções sociais (Cardoso, 1993q), e esse seria seu esforço empreendido naquele momento: era como se estivesse sendo levado pela onda neoliberal só até o ponto em que ela contribuísse para que os objetivos social-democratas voltassem a ser viáveis. Ao que parece, entendia suas posições como uma ortodoxia econômica – imposta pelas condições objetivas da realidade – com fins que, no limite, eram sociais, não necessariamente ortodoxos.

O “dever ser” abandonado: FHC candidato com um programa neoliberal

Vale a pena trazer algumas discussões sobre FHC já presidente para cotejar com nosso argumento. É interessante notar como é possível relacionar as características da hegemonia neoliberal durante a década de 1980 com a “evolução” das principais teorias do desenvolvimento na América Latina, entre elas a da dependência e o estruturalismo cepalino. Cristóbal Kay (1998) percebe que, com a crise da dívida no início dos anos 1980, houve uma mudança de paradigma na forma de pensar o desenvolvimento na América Latina, com predominância das ideias neoliberais. O autor busca nas contribuições das teorias latino-americanas, a saber, o estruturalismo e a teoria da dependência, formas de forjar um novo paradigma de desenvolvimento, na medida em que o estritamente neoliberal não resolveria os problemas de distribuição e igualdade na região. No bojo dessa discussão de Kay (1998), realizada quando FHC já era Presidente da República há quatro anos, o autor afirma que o estruturalismo teria melhores condições pragmáticas de influenciar os rumos concretos das políticas na América Latina do que as vertentes mais radicais da dependência, e que um “neoe estruturalismo” estaria sendo construído, como uma espécie de síntese entre estruturalismo e neoliberalismo, o que também já havia sido trabalhado por outros autores (cf. Kahler, 1990; Rosales, 1988; Sunkel & Zuleta, 1990).

Segundo Kay (1998), muitos líderes latino-americanos (entre eles FHC) viam a necessidade de fazer ajustes no Estado para abrir a economia e adequar os países à globalização (ainda que, seguindo o exemplo dos países do sudeste asiático, não

abandonassem o papel do Estado). Contudo, com as consequências sociais negativas das políticas neoliberais, tais líderes buscavam justificar sua “adesão” ainda que parcial às ideias neoliberais com pelo menos dois argumentos: a) o primeiro relacionado à necessidade das mudanças e do sacrifício no curto prazo, para que no longo prazo a situação melhorasse estruturalmente; e b) o segundo relacionado à falta de alternativas.

Os governos latino-americanos apontam que a economia política do neoliberalismo vem se tornando a base para políticas em outras áreas do mundo definidas como regiões “competidoras” na economia mundial – Leste Europeu e Leste Asiático, em particular. Torna-se primordial, segundo os ministros da Fazenda latino-americanos, “modernizar” suas economias, a fim de torná-las mais competitivas nos mercados globais, para que possam aproveitar melhor as forças globais. Tal modernização é necessária para obter sucesso na captação de investimentos estrangeiros das corporações globais que têm um amplo leque de locais onde podem investir (Kay, 1998, p. 15, tradução nossa).

Ou seja, para se adequar às novas condições do panorama mundial, não havia outra alternativa que não fazer os ajustes. Como temos observado, essa é a forma de justificativa utilizada por FHC. Ele não parecia ver nenhum outro tipo de alternativa, nesse momento de onda neoliberal tão forte, e o máximo que podia almejar era algum tipo de amenização dessa “onda”. Se nos anos 1970 FHC estava, para Kay (1998), em uma posição particular entre a vertente marxista e a vertente reformista (continuadora do estruturalismo cepalino) da teoria da dependência, as políticas adotadas por seu governo terminariam sendo expressão de um “neoestruturalismo”, que constituiria uma síntese entre o estruturalismo e o neoliberalismo. Como contraponto ao dualismo das teorias da modernização, FHC havia forjado uma estrutura de pensamento e interpretação sobre a América Latina que se colocava entre as vertentes mais reformistas e as mais revolucionárias da teoria da dependência. Entretanto, já no início dos anos 1990 – diante da forte hegemonia neoliberal que se construía – representava uma expressão contraditória entre uma perspectiva com resquícios de estruturalismo (já distante das vertentes mais radicais da dependência, mas que negava o dualismo) e uma mais neoliberal e monetarista (que não precisava negar o dualismo proveniente das teorias da modernização).

É nesse sentido que Sorj (2001) argumenta que as políticas aplicadas por FHC no governo haviam sido elaboradas fora dos marcos ideológicos e teóricos nos quais ele havia transitado como sociólogo. “Os argumentos com os quais procura mostrar coerência entre seus atos e suas visões do passado são uma construção a *posteriori*, muitas vezes brilhante, mas sustentada por andaimes muito frágeis” (Sorj, 2001, p. 121). Velasco e Cruz (1999, p. 238), ao analisar os discursos de FHC sobre a globalização em algumas conferências

realizadas em 1996 (mas também desde alguns textos do início dos anos 1990), detecta uma ambiguidade que ele define como sendo entre argumentos “deterministas” e argumentos voluntaristas, que “ressaltam o papel da vontade”. Nos primeiros estariam os discursos em que aparece a ideia de que não há alternativas à globalização e nos últimos predominaria a ideia de que a globalização é um cenário com alguma margem de ação. Para o autor, isso seria um exercício de retórica, que teria a função de justificar componentes distintos de sua política governamental.

Os argumentos deterministas dão cobertura, basicamente, à política de estabilização ancorada no câmbio [...] cujos efeitos, traduzidos em desemprego crescente e taxas de crescimento renitentemente baixas, são naturalizados como consequências inevitáveis da globalização. Os argumentos de teor voluntarista, por sua vez, dão suporte às políticas setoriais – inclusive àquelas desenvolvidas pelo BNDES [Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social], em parte com o fim de atenuar o impacto negativo das medidas adotadas para preservar a política cambial –, e à política exterior, domínio no qual, ao contrário do seu vizinho argentino, o governo brasileiro continua buscando atuar com relativa autonomia (Velasco e Cruz, 1999, p. 239).

Essa ambiguidade entre determinismo e voluntarismo, que aqui aparece como discurso retórico em um FHC já eminentemente político, percorre toda a sua trajetória, de diferentes maneiras. Se Velasco e Cruz (1999) relata a dificuldade de procurar a explicação para isso na obra assistemática de FHC, nosso estudo mais abrangente sobre o tema (cf. Gonçalves, 2018) mostrou que mesmo em seu período mais sistemático (até o início dos anos 1970), havia uma tensão que denominamos encontrar-se entre as determinações estruturais e as potências da práxis. Esta, que foi se resolvendo nas escolhas políticas adotadas por FHC em determinadas conjunturas específicas ao longo de sua trajetória, agora se traduzia como mecanismo retórico de justificativa de posições políticas. No entanto, não se tratava de uma retórica vazia. Pelo contrário, a evolução da forma como FHC via o mundo e o Brasil – mesmo com a tensão resolvida politicamente – levava-o a uma concepção de social-democracia que, no contexto de hegemonia neoliberal, não podia fazer mais do que seguir a onda com algumas ressalvas. Por conta dessas ressalvas, ele nunca aceitou a caracterização de suas políticas como neoliberais, e menos ainda dele como sendo um neoliberal.

Voltando a 1993, em novembro FHC faz um discurso no Senado Federal para apresentar suas medidas como ministro, e seu plano para o Brasil. Ele diz que a corrupção que assola o país tem um fundo estrutural: o modelo pelo qual se decidia o gasto público embutiria um pacto entre velhas elites oligárquicas que estavam no Poder Legislativo e

no Poder Executivo, que tentava combater isso a partir da Fazenda (Cardoso, 1993m). Defendia as medidas que continuariam o processo de recuperação econômica do Brasil: a reprogramação do orçamento de 1994, com cortes, a aceleração da privatização e a revisão constitucional: a ideia da reforma era remover entraves ao mercado aberto, garantir desvinculações orçamentárias, abrir mais espaço para privatizações etc. (Cardoso, 1993m). A grande empreitada de FHC no final de 1993, depois de praticamente resolvida a negociação da dívida externa, era convencer os parlamentares acerca da importância da revisão constitucional, garantindo condições para o Brasil dar o “grande salto” (Cardoso, 1993o, p. 4).

Em reunião da Secretaria de Planejamento, ele fazia um balanço geral de sua atuação até ali: o fim de 1993 chegaria com superávit e a dívida externa estava sendo negociada definitivamente, ao passo que a dívida interna dos estados já teria sido rolada; continuava afirmando que a luta para combater a inflação não era por ortodoxia, mas para fazer política social sem demagogia, e ele e sua equipe estavam criando as condições para isso; se o governo gasta mais do que arrecada, fabrica dinheiro e gera inflação, por isso o corte de gastos públicos era fundamental para estabilizar a economia do país (Cardoso 1993q). Dizia que estavam enviando a proposta orçamentária para 1994 e que precisavam da emenda constitucional de desvinculação de recursos, porque sem ela tudo ficaria mais difícil, e estavam propondo uma reserva de emergência de 15% de todos os recursos da União para fins sociais, cortando na própria carne do Estado, e aumentando 5% em cima das alíquotas dos impostos federais: era, segundo FHC, uma grande contribuição do Estado em termos de cortes e uma pequena contribuição da sociedade em termos de aumento de impostos (Cardoso 1993q). Com a aprovação da desvinculação, do IPMF e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins), haveria condições de dar o grande salto na economia em 1994.

Em novembro de 1993, o jornal *O Estado de S. Paulo* já pergunta a FHC sobre sua eventual candidatura à presidência. Na mesma entrevista, ele fala que o plano que tinha para a economia – e que seria anunciado no mês seguinte, conhecido como “Plano Real” – era viável e já estava sendo executado (Cardoso, 1993q). Ele explicava o plano, em resumo, dizendo que o ponto básico era a ideia da rigidez orçamentária, com desvinculação de recursos da União, mas com a proposta do Fundo Social de Emergência que valesse por 2 anos, para que o Congresso tivesse tempo de fazer a revisão constitucional sem pressão: seriam 15% do orçamento reservados para fins sociais e nenhum setor sairia perdendo porque com o combate da sonegação, esse valor era mais ou menos o que se arrecadaria a mais em termos de impostos, então, na prática, não haveria diminuição de valores investidos. Esse era o principal instrumento para zerar o déficit, mas complementarmente também haveria o aumento de 5% sobre as alíquotas dos impostos federais, já descrito por ele anteriormente (Cardoso, 1993r).

O primeiro passo do plano era acertar as contas do Estado, o segundo passo implementar a Unidade Real de Valor (URV), que serviria de medida de valor real, e o terceiro seria a transformação desse índice em nova moeda. Ele dizia que mostraria que, no âmbito da economia, o Brasil era viável, e que a solução não viria em um dia “D”, mas com um processo sério e com confiança da sociedade (Cardoso, 1993r). No pronunciamento em cadeia nacional de rádio e TV, FHC explicava o plano detalhadamente e também tratava das sugestões para a reforma constitucional: reforma tributária, com menos impostos e mais organização na arrecadação, para diminuir a sonegação e garantir mais justiça; reforma administrativa, descentralizando a administração e acabando com alguns privilégios de funcionários públicos; previdenciária, acabando com as aposentadorias especiais, gerando convivência entre o setor público e o privado; mudança nas relações entre estados, municípios e União; e reforma no sistema do orçamento.

A URV foi aprovada em fevereiro de 1994 e o plano parecia demonstrar sinais de futuro êxito. A partir daí começaram a se fortalecer cada vez mais as especulações sobre FHC como candidato a Presidente da República, o que fez com que passasse a responder várias questões nesse sentido em suas entrevistas. Em entrevista ao jornal *Correio Braziliense*, já começava a refletir sobre uma eventual candidatura e inclusive sobre as alianças necessárias:

Você vê que como estão numa questão eleitoral há sempre a tendência permanente de juntar o processo econômico com o processo eleitoral. Vamos esperar para ver como a questão partidária se organiza. Estão inventando uma aliança PFL-PSDB, deixando o PSDB nervosíssimo. Por que estão descobrindo que vai ser preciso ter um arco de apoio para fazer alguma coisa no Brasil (Cardoso, 1994b).

Na continuação da conversa, ele afirma que o Brasil quer produzir um novo Tancredo Neves, que possa simbolizar uma união nacional, e mesmo sem ele e o PSDB terem buscado isso, ele havia se tornado essa figura. Além disso, a “sociedade” queria produzir alguma figura política que fosse capaz de derrotar Luiz Inácio Lula da Silva nas eleições. Embora soubesse que era um dos “dez brasileiros que têm possibilidade de chegar à Presidência da República”, cogitava permanecer no ministério para continuar o trabalho e não estava articulando pessoalmente para ser candidato a presidente, ainda que houvesse gente que defendia isso. “Estou dizendo que eu não estou trabalhando para ser e que intimamente tenho uma grande dúvida” (Cardoso, 1994b).

Primeiro não é uma posição cômoda ser anti. É chato. Depois, o ciclo de aliados não será definido por mim. Isso tudo me dá confusões interiores, psicológicas,

emocionais. Por outro lado, tem seu aspecto positivo. Mesmo biograficamente, será que não está no momento de o país precisar de um gesto de outro tipo? Sei que posso ser candidato. O partido quer, tem outras forças que querem, eu tenho alguma chance de ganhar. Mas eu também posso contribuir decisivamente para acertar o país fazendo o que eu estou fazendo. Será que isso não é mais correto e até politicamente melhor? Eu tenho 62 anos. Daqui a quatro anos vou ter 66. Não é um cálculo elementar de fazer. Depende de quê? De ter alguém candidato daquelas forças (Cardoso, 1994b).

Antônio Carlos Magalhães (ACM) havia proposto a aliança do PFL com o PSDB e, apesar de setores do partido fazerem duras críticas à possibilidade, ela parecia ter a simpatia de FHC (Cardoso, 1994a). Mesmo com todas as dúvidas que aparentava ter, ele decidiu algumas semanas depois por sua candidatura à Presidência da República pelo PSDB, e a aliança com o PFL se consolidou. Aqui é interessante notar que sua concepção de política, fundamentada na ideia de construir o possível dentro das condições impostas pela realidade, levava-o a afirmar que nem o arco de alianças de uma eventual candidatura sua poderia ser decidido por ele. Era como se entendesse que tinha uma leitura da realidade mais ampla e correta do que a maioria das pessoas – dentro e fora do meio político – mas se percebesse mais como um instrumento da realidade para tentar conseguir algum tipo de transformação consentida do que como um ator capaz de orientar essas transformações. Voltando à analogia, era como se se deixasse conscientemente levar pela onda da realidade, tentando mudar seu curso dentro dos limites oferecidos por ela. Sua candidatura, se viesse, seria uma expressão disso. Veio. E foi¹.

Com a aprovação da URV e depois do Fundo de Emergência no Congresso, garantia-se equilíbrio por dois anos nas contas públicas (e isso dava tempo para discutir com calma a revisão constitucional no Congresso Nacional). O plano ia dando certo e o Real deveria ser implementado em julho: para FHC, era consistente e não tinha fins eleitoreiros, e o Real seria uma moeda baseada na confiança dos brasileiros; se chegasse ao governo, ele manteria as contas públicas em ordem (Cardoso, 1994c). A ideia de que não havia alternativas e de que o Plano Real era a melhor forma de ajustar as condições internas do país às necessidades do mundo globalizado movimentou FHC nesses anos e encontrou

¹ Como demonstram Galvão (2003) e Sallum (1994), o Plano Real teria um papel decisivo na consolidação da hegemonia neoliberal no Brasil. Galvão (2003, p. 92) afirma: “com o *impeachment* de Collor, o projeto em fase de implementação se viu ameaçado. O governo de Itamar Franco – sustentado por um amplo leque de forças políticas – manteve, em linhas gerais, os pilares do modelo econômico neoliberal implementado por seu antecessor, mas durante sua gestão, esse modelo seria conduzido de modo errático [...] O Plano Real permitiu a continuidade e a consolidação do projeto neoliberal inaugurado por Collor, assegurando a vitória – com ampla maioria de votos – de Fernando Henrique Cardoso no primeiro turno das eleições de 1994”.

eco em muitos analistas e políticos no país. É interessante, aqui, como ilustração, retomar as reflexões de Lidia Goldestein (1998), que elogiava muito a inovação teórica de FHC e Faletto, em sua capacidade de articular os aspectos internos com os externos na análise sobre a dependência. No *post scriptum* de seu livro *Repensando a dependência* (Goldestein, 1998, p. 135 – grifo em itálico da autora; grifo em negrito nosso), a autora afirma:

No mundo *globalizado* a *dependência* do capital externo é maior do que nunca. O mesmo Plano Real implementado em outro momento, quando as condições fossem outras, não teria dado resultado. Entretanto, sem *condições internas* o Plano também teria fracassado. O esgotamento do modelo *nacional desenvolvimentista* e a fatura da sociedade após 15 anos de inflação e estagnação desarticularam o arranjo até então existente. A abertura e a privatização viabilizam a estabilização e os três processos em conjunto permitem a construção de uma nova estrutura econômica, baseada em um novo paradigma, cuja consolidação é o **único caminho para minimizar os eternos percalços colocados pela dependência.**

FHC teria, portanto, contribuído com a construção das *condições internas* para possibilitar o desenvolvimento que tanto valorizava desde *Dependência e desenvolvimento na América Latina*. Privatizações, abertura da economia etc., seriam partes de um novo paradigma que seria o único caminho possível para minimizar os efeitos da dependência. Goldestein (1998) parece concordar com o que FHC já dizia em fins dos anos 1980: não havia alternativas. Na campanha eleitoral de 1994, assim como em sua atuação anterior como Ministro da Fazenda, isso ficou muito claro.

Já em campanha, FHC deu entrevista ao jornal *O Estado de S. Paulo* (publicada com o título de *Cardoso planeja reforma radical do Estado*) e afirmou que o PT usava uma linguagem antiga sobre perdas salariais para criticar o plano econômico, em um momento no qual, na prática, não havia perdas com a URV: mas o grande problema do PT era que Lula seria corporativista, por isso não teria condições de reformar o Estado (Cardoso, 1994d). Pensando nas diferenças entre o PSDB e os adversários, ele defendia que existiria um programa nacional-desenvolvimentista, estilo anos 1960, por parte do PMDB; um nacional-autoritário, do PDT; e um nacional-populista, do PT (Cardoso, 1994d). Em contraposição a isso, o programa do PSDB não seria neoliberal, mas corresponderia à ideia de um Estado reformado com capacidade de fazer as reformas sociais necessárias e ser interlocutor do Brasil no processo de globalização. A aliança com o PFL era justificada como forma de garantir maioria no Congresso Nacional e, para FHC, o PFL tinha aceitado o programa econômico do PSDB e, em um eventual governo, o PMDB se alinharia às suas posições. Terminava dizendo que os bolsões de pobreza no Brasil não seriam resolvidos só com o crescimento econômico: era preciso criar programas específicos para essas áreas (Cardoso, 1994d).

Em discurso proferido em 25 de julho, intitulado *O Real e o Sonho*, FHC apresenta um panorama geral de seu programa, começando por afirmar que não seria nem populista nem neoliberal, porque protegeria os que viveriam do salário controlando as contas públicas. Era isso que ele havia feito na economia brasileira como ministro (Cardoso, 1994e) e assim almejava fazer como presidente. Seu governo teria 5 grandes prioridades – emprego; educação; saúde; agricultura; e segurança – e 5 mecanismos para garantir que as mudanças fossem possíveis: verbas do orçamento; fundos das privatizações; participação nos mercados financeiros nacional e internacional; parcerias com o setor privado; e financiamento assegurado por fontes bilaterais como Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), Fundo Monetário Internacional (FMI) etc. (Cardoso, 1994e). Mais uma vez, terminava dizendo que o desafio mais imediato era a miséria, contra a qual seria necessário recorrer a programas sociais assistencialistas. Para que todos esses objetivos fossem possíveis, o Estado tinha de ser reformado fiscal e administrativamente, ficando menor, mais forte e mais ágil; as privatizações tinham de continuar; era preciso integrar-se internacionalmente; e, por fim, seria necessária muita capacidade de negociação (Cardoso, 1994e).

Na campanha presidencial, as características que marcaram os anos anteriores da trajetória de FHC se tornam cada vez mais fortes. Em entrevista à revista *Veja*, em agosto, vários temas que discutimos aqui são tratados de forma clara. Para ele, dentre os vários erros do PT na campanha (naquele momento FHC já era líder nas pesquisas, e Lula tinha caído bastante) estavam os ataques ao Plano Real, mas principalmente o fato de centrarem fogo nas alianças feitas pelo PSDB, no contexto de uma sociedade de massas que, distante da política institucional, simplesmente não ligava para essa questão das alianças (Cardoso, 1994f, p. 21). A aliança com o PFL teria servido para penetrar no Nordeste e não representaria necessariamente o atraso: ACM (que havia sido o idealizador da aliança, ainda em março) fazia, segundo FHC, um governo de mudanças na Bahia, com 70% de aprovação popular (Cardoso, 1994f, p. 24). O PSDB se aliara com um setor reconhecidamente de direita política, e FHC era obrigado a justificar essa aliança recorrendo ao velho argumento da dicotomia moderno x arcaico, mas sequer afirmava com todas as letras que se tratava de um setor moderno, o máximo que conseguia responder ao ser questionado sobre isso era que ACM tinha percebido “o sinal dos tempos”. Da mesma forma que na campanha de 1985 à Prefeitura Municipal de São Paulo, FHC opera uma “radicalização” das características moderadas já presentes; em 1994 o processo se repete, mas como a moderação já era enorme, a radicalização o faz dar passos, do ponto de vista das alianças políticas e de como elas se justificavam, à direita.

Na mesma toada, FHC continua batendo na tecla de que acelerar as privatizações e flexibilizar monopólios não se trata de questão ideológica, mas de necessidade de um Estado que não tem condições de expandir as empresas nem de gerir sozinho empresas que

rendem bem, como a Petrobras (Cardoso, 1994f). A sociedade brasileira não aceitaria mais propostas demagógicas, teria ficado mais exigente, e as empresas, mesmo sem ajuda dos governos, teriam ficado firmes e mantido suas condições de competir (Cardoso, 1994g). É interessante notar que FHC continuava – e agora com maior ênfase – defendendo a tese de que houvera um protagonismo do setor empresarial na recuperação econômica do Brasil e de que esse setor se mostraria fundamental para as mudanças. Boa parte do empresariado brasileiro apoiava sua candidatura, reconhecia nela uma defesa de seus interesses, embora FHC se recusasse a divulgar quem eram os empresários doadores de suas campanhas, já que a lei, naquele momento, ainda não obrigava a isso (Cardoso, 1994f).

Nas vésperas da campanha eleitoral, em 3 de julho de 1994, José Luís Fiori escreveu um artigo para a *Folha de S. Paulo* em que faz uma interpretação geral da trajetória de FHC e caracteriza o Plano Real e sua candidatura como expressões do Consenso de Washington². Depois de descrever a trajetória intelectual de FHC antes de entrar na vida política, Fiori (1998) argumenta que é possível estender e atualizar sua análise nos anos 1970 diante da “nova situação estrutural” no contexto da globalização contemporânea, e que nessa atualização bastava ter claro que a globalização também é política e que os Estados nacionais têm de escolher o modo como se conectam à nova situação. Nesse sentido, afirma:

FHC sabe como ninguém que mudar ou refazer esta articulação econômica e aliança política é o problema central que hoje está posto no cenário brasileiro. E, frente a esse desafio, tomou sua primeira e decisiva decisão: resolveu acompanhar a posição do seu velho objeto de estudo, o empresariado brasileiro, e assumiu como um fato irrecusável as atuais relações de poder e dependência internacionais. Deixou seu idealismo reformista e ficou com seu realismo analítico, abdicando dos “nexos científicos” para se propor como “condottiere” da sua burguesia industrial, capaz de reconduzi-la a seu destino manifesto de sócia-menor e dependente do

2 O “Consenso de Washington”, termo cunhado pelo economista inglês John Williamson, expressava um conjunto de regras de ajuste das economias periféricas, para superar as crises: disciplina fiscal, por meio da qual o Estado deveria limitar seus gastos à arrecadação, eliminando o déficit público; redução dos gastos públicos com a focalização destes em educação, saúde e infraestrutura; reforma tributária, que ampliasse a base sobre a qual incidiria a carga tributária, com maior peso nos impostos indiretos e menor progressividade nos impostos diretos; liberalização financeira, com o fim de restrições que impediam as instituições financeiras internacionais de atuar em igualdade com as nacionais, e o afastamento do Estado do setor; taxa de câmbio competitiva; liberalização do comércio exterior, com redução de alíquotas de importação e estímulos à exportação, visando a impulsionar a globalização da economia; eliminação de restrições ao capital externo, permitindo investimento direto estrangeiro; privatização, com a venda de empresas estatais; desregulação, com redução da legislação de controle do processo econômico e das relações trabalhistas; e, por fim, o direito à propriedade intelectual (cf. Williamson, 1994).

mesmo capitalismo associado, renovado pela terceira revolução tecnológica e pela globalização financeira (Fiori, 1998, p. 17).

Como consequência disso, teria aderido à estratégia de ajuste do FMI e do Banco Mundial (ao neoliberalismo expresso no Consenso de Washington), mas diante da hipótese de uma aliança de centro-esquerda que poderia revolucionar o sistema político e social brasileiro aproximando-o do social-liberalismo, optou por uma aliança de centro-direita com o PFL, que garantiria o apoio dos demais partidos conservadores em um eventual segundo turno (Fiori, 1998). Ao fazer isso, estaria refundando a economia de modo coerente com sua obra e trajetória anterior, mas sem refundar o Estado brasileiro, contradizendo suas ideias e seu passado reformista (Fiori, 1998). FHC responde a Fiori (1998) reafirmando que não é neoliberal e que sua aliança é baseada nos setores que apoiam a reestruturação do Estado, nos setores mais “modernos”, que têm condições reais de efetivar as transformações que todos os candidatos almejavam, mas que não sabiam o caminho e não tinham condições políticas de construí-lo (Cardoso, 1994h).

O argumento de Fiori (1998) é que FHC oculta o papel do poder político em suas formulações, como se ele não tivesse tido opções. Como vimos, FHC efetivamente construía o discurso da falta de alternativas, mas, mais do que isso, formulava concretamente uma linha de corte entre o que considerava moderno e o que era arcaico, algo que passara a ser fundamental como critério de justificativa de suas alianças e opções políticas nos anos anteriores. O fato é que ainda que FHC buscasse se desconectar de uma perspectiva definitivamente neoliberal, além dos críticos, o próprio John Williamson, talvez o principal formulador das políticas de ajuste e criador do termo “Consenso de Washington”, em entrevista à *Folha de S. Paulo* durante a candidatura de FHC, associa o Plano Real às políticas de ajuste e elogia a coragem do candidato nesse sentido³.

3 Em meio a respostas sobre se o Plano Real havia sido gerado para estabilizar a economia a tempo de gerar resultados eleitorais para FHC – questão à época muito debatida – vale a pena destacar um trecho da entrevista de Williamson (1994):

“Folha - O sr. acha que o Plano Real e a estratégia do candidato Fernando Henrique Cardoso seguem os preceitos econômicos definidos no Consenso de Washington?”

Williamson - O plano é consistente com o Consenso de Washington. Mas eu ficaria surpreso se descobrisse que não tem mais nada de novo, apesar de saber que a sua visão econômica [de FHC] é muito parecida com o que denominamos Consenso de Washington.

Folha - O sr. acha que o Consenso de Washington, de 1990, continua sendo uma visão consistente para a economia brasileira?

Williamson - O Consenso de Washington é necessário, mas não suficiente para o Brasil. A primeira coisa que recomendamos é um corte radical no déficit público. No caso do Brasil, se isso não for feito, o país nunca conseguirá controlar sua inflação. O corte no déficit também não é a única medida que vai realizar a mágica. É preciso ter um bom plano de estabilização, e o

Ainda que FHC tivesse dificuldades de admitir, o fato é que além de seus críticos à esquerda, a imprensa e os próprios formuladores das políticas neoliberais reconheciam em seu programa as características fundantes daqueles preceitos. Além dos elogios e da identificação direta, as recomendações de Williamson (1994) para que o plano seguisse tendo êxito eram exatamente as que FHC defendia como forma de recuperar a economia e a credibilidade do Brasil e garantir as condições de sua inserção bem-sucedida no mercado mundial. Efetivamente, por tudo o que vimos até aqui, é muito difícil negar que sua candidatura fosse, naquele momento, a expressão do Consenso de Washington, como argumenta Fiori (1998).

Em 3 de outubro de 1994, Fernando Henrique Cardoso foi eleito Presidente da República no primeiro turno, com pouco mais de 54% dos votos. Então, disse que o Brasil tem condições de virar uma quadra da história e que a primeira coisa que faria como presidente seria propor as mudanças constitucionais ao Congresso Nacional, no sistema tributário e fiscal, na saúde e na previdência (Cardoso, 1994h). Perguntado sobre o que pensava da elite do país, disse que o problema não está nas elites – que são as melhores em seus setores, como era Lula, por exemplo, no sindicalismo – mas nas classes dominantes.

As nossas classes dominantes são cegas. E à medida que as várias elites não têm tido competência para desviar, para mudar o rumo das coisas, acabam ficando muito sufocadas pelas classes dominantes. E elite não é para isso. Elite é para você fazer o que há de melhor na sua área. A nossa classe dominante é muito imediatista. Não tem visão de médio e longo prazos. Acho até que ela perdeu a capacidade de conduzir o Brasil. A prova disso é esta eleição. Os únicos candidatos com chances, Lula e eu, não têm ligação com as classes dominantes, no sentido orgânico das coisas! As classes dominantes não puderam colocar nenhum candidato delas. Elas se acoplaram, talvez até, a mim! (Cardoso, 1994h, p. 19).

Ainda que colocasse uma dúvida, FHC sabia, inclusive por conta dos financiamentos que recebera, mas também por todos os apoios que seu programa tinha recebido, que as classes dominantes haviam se acoplado à sua candidatura. Portanto, ele tinha apoio das classes dominantes do país – estas, que eram cegas, que sempre foram muito criticadas por ele –, tinha apoio de setores da política que há pouco eram considerados atrasados, como o PFL, e buscava construir um programa de reforma do Estado que se parecia muito

Plano Real é um bom plano. Se o Brasil conseguir conduzir as duas coisas ao mesmo tempo, o corte no déficit e o Plano Real, o país terá uma boa chance de controlar sua inflação. Mas qualquer cenário de déficit fiscal no próximo ano trará a inflação de volta”.

ao da ortodoxia neoliberal, ainda que seus fins fossem, para FHC, diferentes. Continuava justificando suas posições com o argumento do atraso da esquerda e de sua incompreensão das transformações do mundo.

- *O que fez o sr. caminhar da esquerda mais para o centro? Nos anos 70 e 80 estava muito mais à esquerda. Quais as razões dessa sua mudança?*
- Mudou o mundo. Mudou o que é a esquerda. O Santiago Dantas já falava de esquerda positiva e esquerda negativa, na sua época. Eu não quero repetir a fórmula, mas você hoje tem um setor que pensa que é de esquerda, mas não é progressista. É apenas uma etiqueta. As mudanças propostas pela chamada esquerda brasileira não são mudanças. São inviáveis, não dão saída para o país. Por exemplo: se opuseram ao plano de estabilização. Isso é um suicídio intelectual e político. Num sentido mais radical, esquerda sou eu. Estou propondo coisas que vão para frente. Você poderá perguntar: “Em benefício de quem?” E vão dizer: “Ah, não em benefício do povo”. Não senhora! Em benefício do povo, sim! Sem essas mudanças, povo nenhum tem condições de levantar a cabeça (Cardoso, 1994h, p. 20).

Como afirmaria em discurso de despedida do Senado Federal, em dezembro de 1994, o autoritarismo estava superado no Brasil, e o desafio agora era romper com a herança corporativista deixada pela Era Vargas (Cardoso, 1994i, p. 10): por isso era tão importante combater as ideias dessa esquerda retrógrada. Se politicamente ele era apoiado pelas classes dominantes e por setores da direita (mais ou menos modernos, segundo sua perspectiva), programaticamente seus objetivos eram, para adaptar o país aos ditames da integração internacional, enfrentar desafios que os setores políticos da esquerda consideravam afrontas aos interesses populares. Nesse sentido, suas propostas eram identificadas não só por seus críticos, mas também por seus apoiadores, dentro e fora do país, com os preceitos neoliberais. Nesse cenário de apoio da direita e das classes dominantes, com um programa que definitivamente não era de esquerda, FHC travava suas batalhas ideológicas buscando afirmar que fazia e defendia, dentro do possível, o melhor para garantir as mudanças que seriam benéficas para o país e para o povo, ainda que fosse incompreendido. Mesmo eleito presidente, a tensão que existia em seu pensamento seguia presente, agora na forma de exercício de justificativa retórica para posições políticas que, por toda a sua trajetória, já eram muito distantes do universo no qual ele havia sido forjado como intelectual e iniciado sua militância política mais efetiva.

Se Fiori (1998) argumentava que, desde 1990, FHC teria aderido decisivamente ao neoliberalismo, nós mostramos que naquele momento ele buscava formular uma concepção de social-democracia que resistisse, na medida do possível, à onda neoliberal.

Entretanto, por toda a sua trajetória e nas alianças políticas que fizera até ali, essa concepção extremamente moderada não parecia ter força o suficiente para enfrentar a onda neoliberal, cuja força FHC reconhecia. Nesse sentido, mais do que uma adesão deliberada, ele parece ter sido atropelado pela hegemonia neoliberal a ponto de tornar-se seu principal construtor no Brasil, enquanto seguia afirmando buscar resistir a ela.

Considerações finais

Ao fim e ao cabo, FHC acreditava na possibilidade de integrar o Brasil à economia internacional por meio da abertura dos mercados e da reforma do Estado. Ele queria ser um agente desse processo e disse isso ao longo da campanha, mas sabia que, por si, isso não bastaria para resolver o problema da miséria no país. Sobre esse problema, o mais urgente, não havia solução proposta para a incorporação de todo aquele setor não excluído – que ele denominava *inimpregeáveis*, o “lixo humano” que o capitalismo contemporâneo gerava – e a única alternativa defendida por FHC era a ajuda, fosse ela assistencialista do Estado ou humanitária da iniciativa privada. Como demonstramos, ainda em 1991, ele dizia que o mais provável em relação aos países como o Brasil era que desenvolvessem uma “estratégia dupla (ou ambígua) abrindo-se às correntes econômicas internacionalizadoras e, ao mesmo tempo, absorvendo aos poucos suas áreas mais atrasadas através de políticas compensadoras que impeçam a pura marginalização” (Cardoso, 1991a, p. 15).

Ao longo de sua trajetória intelectual e política, FHC sempre buscou justificar suas posições negociadoras e moderadas com a ideia de combater a retórica irreal, os discursos fáceis, e construir politicamente as condições para “aumentar os limites do possível”. Como Ministro da Fazenda e candidato à Presidência da República, em um contexto de hegemonia neoliberal consolidada, a partir da evolução de suas próprias formulações e posições e do leque de alianças que havia se articulado em torno dele, não conseguia propor nada além do que considerava o mais provável de se acontecer em um país como o Brasil. Ao invés de aumentar os limites do possível, o máximo que FHC alcançava naquele momento era apresentar passos elementares em direção ao desenvolvimento mais provável, que não conseguia encontrar nenhum tipo de solução estrutural para resolver a situação das massas não incorporadas porque deixara de lado, já há muito tempo, até a cogitação da possibilidade de qualquer transformação mais estrutural no país. Como ministro foi protagonista na construção do plano que consolidaria a hegemonia neoliberal no país. Como candidato – e como presidente – daria continuidade a esse processo, intensificando-o. Assim, “ser” e “dever ser” encontram-se em uma fusão que associa o horizonte de possibilidades à realidade imediata, reduzindo-o a uma reprodução do presente como única alternativa.

Já eleito, em discurso proferido no Palácio do Itamaraty, discutindo as perspectivas de seu governo, dizia que os temores sobre as alianças que ele havia feito eram infundados, porque o Brasil havia mudado.

Eu sempre me opus muito àqueles que pensam a política em termos estáticos e que têm uma visão do tipo “fulano é tal coisa”. É, mas deixa de ser. Todo o jogo, todo o interesse da política, tudo o que tem de aventura na política é transformar a opinião do outro. Nesse processo, você pode também ser transformado pelo outro. É normal que assim seja (Cardoso, 1994i, p. 1).

A luta na política teria seu sentido na transformação do outro, e no curso do processo também era normal se transformar. Sua atuação no Ministério da Fazenda e a campanha eleitoral de 1994 expressaram uma relação entre teoria e prática que parece ter sido a culminância de um processo – construído sem grandes rupturas, a partir das formulações teóricas, das opções políticas, das alianças e dos dilemas enfrentados por ele ao longo de sua trajetória – *em que, ao invés de transformar e alargar os limites do possível, FHC foi cada vez mais modelado e transformado por eles.*

Referências bibliográficas

- Arantes, P. (1994). *Um Departamento Francês De Ultramar. Estudos sobre a formação da cultura filossófica uspiana (uma experiência nos anos 60)*. Rio de Janeiro, RJ: Paz e Terra.
- Bianchi, A. (2010). O marxismo fora do lugar. *Política e Sociedade*, 9(16), 177-203.
- Bianchi, A. (2012). *Ciência política/ciência e política. Ensaio sobre o pensamento político nos Estados Unidos e Itália* (Tese de Livre-Docência). Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP.
- Botelho, A., & Schwarcz, L. M. (Orgs.). (2009). *Um enigma chamado Brasil: 29 intérpretes e um país*. São Paulo, SP: Companhia das Letras.
- Cardoso, F. H. (1990, outubro). Desafios da social-democracia na América Latina. *Novos Estudos CEBRAP*, 1990(28), 29-49.
- Cardoso, F. H. (1993a). El mundo y las ciencias sociales, ayer y hoy. *Boletín de la Asociación Chilena de Ciencia Política*, 2(1), 16-18.
- Cardoso, F. H. (1993b, 24 de janeiro). Política externa: a opção universalista. *O Estado de S. Paulo*.
- Cardoso, F. H. (1993c). Política externa. Fatos e perspectivas. *Política Externa*, 1(2), 3-10.
- Cardoso, F. H. (1993d). Alcances e limites da engenharia institucional. In B. Lamounier, & D. Nohlen (Orgs.), *Presidencialismo ou parlamentarismo. Perspectivas sobre a reorganização institucional brasileira* (pp. 156-163). São Paulo, SP: Idesp.
- Cardoso, F. H. (1993e, 21 de maio). *Discurso de posse como Ministro da Fazenda* (Mimeografado). Brasília, DF: Ministério da Fazenda.
- Cardoso, F. H. (1993f, 14 de junho). *Entrevista coletiva sobre o PAI* (Mimeografado). Brasília, DF: Ministério da Fazenda.

-
- Cardoso, F. H. (1993g, 14 de junho). *Pronunciamento em cadeia de rádio e TV sobre o PAI* (Mimeografado). Brasília, DF: Ministério da Fazenda.
- Cardoso, F. H. (1993h, 30 de junho). *Entrevista para o Der Spiegel* (Mimeografado). Brasília, DF: Ministério da Fazenda.
- Cardoso, F. H. (1993i, 5 de agosto). *Discurso na Reunião da Confederação Nacional do Comércio* (Mimeografado). Brasília, DF: Ministério da Fazenda.
- Cardoso, F. H. (1993j, 1º de setembro). *Depoimento à CPI da desestatização* (Não Publicado). Brasília, DF: Senado Federal.
- Cardoso, F. H. (1993k, 14 de setembro). *Entrevista coletiva nos 3 meses do PAI* (Mimeografado). Brasília, DF: Ministério da Fazenda.
- Cardoso, F. H. (1993l, 5 de outubro). *Pronunciamento no V Congresso Brasileiro de Integração Municipal* (Mimeografado). Brasília, DF: Ministério da Fazenda.
- Cardoso, F. H. (1993m, 4 de novembro). *Discurso do Senhor Ministro de Estado da Fazenda, Senador Fernando Henrique Cardoso, em sessão plenária do Senado Federal* (Mimeografado). Brasília, DF: Ministério da Fazenda.
- Cardoso, F. H. (1993n, 18 de novembro). *Discurso na Comemoração do Ano Jubileu da Receita Federal* (Mimeografado). Brasília, DF: Ministério da Fazenda.
- Cardoso, F. H. (1993o, 24 de novembro). *Discurso perante o Conselho Monetário Nacional* (Mimeografado). Brasília, DF: Ministério da Fazenda.
- Cardoso, F. H. (1993p, 24 de novembro). *Reunião da Sudene* (Mimeografado). Brasília, DF: Ministério da Fazenda.
- Cardoso, F. H. (1993q, 30 de novembro). O plano é viável e já está sendo executado. *O Estado de S. Paulo*, p. 3.
- Cardoso, F. H. (1993r, 7 de dezembro). *Entrevista coletiva. Anúncio do plano econômico* (Mimeografado). Brasília, DF: Ministério da Fazenda.
- Cardoso, F. H. (1994a, 2 de março). Esquerda do PSDB reage contra aliança. *Folha de S. Paulo*.
- Cardoso, F. H. (1994b, 6 de março). É chato ser anti. Me confunde (Entrevista concedida a Ricardo Noblat e José Negreiros). *Correio Braziliense*, p. 4.
- Cardoso, F. H. (1994c, 12 de junho). Um país sem inflação. *Jornal do Brasil*.
- Cardoso, F. H. (1994d, 10 de julho). Cardoso planeja reforma radical do Estado (Entrevista concedida a Cristiana Lôbo e Bartolomeu Rodrigues). *O Estado de S. Paulo*, p. A-10.
- Cardoso, F. H. (1994e, 25 de julho). *Discurso por ocasião do lançamento do programa O Real e o Sonho* (Mimeografado). [Brasília]: [n.p.].
- Cardoso, F. H. (1994f, 24 de agosto). Viagem às ideias do líder nas pesquisas. *Veja*, pp. 20-27.

-
- Cardoso, F. H. (1994g, 2 de outubro). A maturidade de um grande país. *Folha de S. Paulo*, Opinião, p. 1.
- Cardoso, F. H. (1994h). Sr. Presidente. *Revisa da Folha*, 3(130), 17-21.
- Cardoso, F. H. (1994i, 14 de dezembro). *Discurso de despedida do Senado Federal: filosofia e diretrizes de governo*. Brasília, DF: Presidência da República.
- Cardoso, F. H., & Serra, J. (1993). Parlamentarismo no Brasil. Como e porquê. In J. Serra, *Reforma política no Brasil: parlamentarismo x presidencialismo* (pp. 195-219). São Paulo, SP: Siciliano.
- Cardoso, F. H., & Toledo, R. P. (1998). *O presidente segundo o sociólogo. Entrevista de Fernando Henrique Cardoso a Roberto Pompeu de Toledo*. São Paulo, SP: Companhia das Letras.
- Fiori, J. L. (1998). *Os moedeiros falsos* (4a ed.). Petrópolis, RJ: Vozes.
- Galvão, A. (2003). *Neoliberalismo e reforma trabalhista no Brasil* (Tese de Doutorado). Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP.
- Goldstein, L. (1998). Repensando a dependência após o Plano Real. *Estudos Avançados*, 12(33), 131-135.
- Gonçalves, R. S. (2018). *Teoria e prática em Fernando Henrique Cardoso: da nacionalização do marxismo ao pragmatismo político (1958-1994)* (Tese de Doutorado). Universidade de São Paulo, São Paulo, SP.
- Gramsci, A. (2000). *Cadernos do cárcere: notas sobre o Estado e a política*. (Vol. 3). Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira.
- Gramsci, A. (2001). *Cadernos do cárcere: introdução ao estudo da filosofia* (Vol. 1). Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira.
- Kay, C. (1998). *Relevance of structuralist and dependency theories in the neoliberal period: a Latin American perspective* (Working Paper Series No. 281). The Hague, Netherlands: Institute of Social Studies.
- Kahler, M. (1990). Orthodoxy and its alternatives: explaining approaches to stabilization and adjustment. In J. M. Nelson (Ed.), *Economics crisis and policy choice: the politics of adjustment in Third World* (pp. 33-61). Princeton, NJ: Princeton University Press.
- Lahuerta, M. (1999). *Intelectuais e a transição. Entre a política e a transição* (Tese de Doutorado). Universidade de São Paulo, São Paulo, SP.
- Lima, P. L. S. R. (2015). *As desventuras do marxismo. Fernando Henrique Cardoso, antagonismo e reconciliação (1955-1968)* (Tese de Doutorado). Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ.
- Limongi, F. (2012). Fernando Henrique Cardoso: teoria da dependência e transição democrática. *Novos Estudos CEBRAP*, 2012(94), 187-197.
- Löwy, M. (2000). *As aventuras de Karl Marx contra o Barão de Münchhausen*. São Paulo, SP: Cortez.

-
- Lukács, G. (2003). *História e consciência de classe. Estudos sobre a dialética marxista*. São Paulo, SP: Martins Fontes.
- Martins, E. L. (2008). *Marxismo e a universidade no Brasil. Um estudo sobre o Seminário Marx (1958-1964)* (Dissertação de Mestrado). Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP.
- Rodrigues, L. M. (2009). Fernando Henrique Cardoso: a ciência e a política como vocação. In A. Botelho, & L. M., Schwarcz (Orgs.), *Um enigma chamado Brasil: 29 intérpretes e um país* (pp. 390-405). São Paulo, SP: Companhia das Letras.
- Rodrigues, L. (2011). *A produção social do marxismo universitário em São Paulo: mestres, discípulos e 'um seminário' (1958-1978)* (Tese de Doutorado). Universidade de São Paulo, São Paulo, SP.
- Rosales, O. (1988, abril). An assessment of the structuralist paradigm for Latin American development and the prospects for its renovation. *CEPAL Review*, 1988(34), 19-36.
- Sader, E. (2005). Nós que amávamos tanto o capital: fragmentos para a história de uma geração. *Sociologias*, 7(14), 150-177.
- Sallum, B., Junior. (1994). Transição política e crise de Estado. *Lua Nova*, 1994(32), 133-167.
- Santos, T. (2000). *A teoria da dependência: balanço e perspectivas*. Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira.
- Sorj, B. (2001). *A construção intelectual do Brasil contemporâneo. Da resistência à ditadura ao governo FHC*. Rio de Janeiro, RJ: Jorge Zahar.
- Sunkel, O. & Zuleta, G. (1990, dezembro). Neo-structuralism versus neoliberalism in the 1990s. *CEPAL Review*, 1990(42), 35-51.
- Traspadini, R. (1999). *A teoria da (inter)dependência de Fernando Henrique Cardoso*. Rio de Janeiro, RJ: Topbooks.
- Vargas, T. P. (2009). Particularidades da formação do capitalismo brasileiro: polêmicas acerca do caráter da dependência no Brasil. *Cadernos CEMARX*, 2009(5), 141-154.
- Velasco e Cruz, S. C. (1999). Ideias do poder: dependência e globalização em F. H. Cardoso. *Estudos Avançados*, 13(37), 225-247.
- Williamson, J. (1994, 7 de agosto). Pai do "Consenso" endossa Real (Entrevista a Fernando Canizan). *Folha de S. Paulo*.